

O DIREITO À INFORMAÇÃO VERDADEIRA ENQUANTO FUNDAMENTAL

Marcos Roberto Gentil Monteiro, Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará, ex-professor da Universidade Federal de Sergipe, professor da Universidade Tiradentes da cadeira de Sociologia Geral e Jurídica, assessor técnico da Desembargadora Clara Leite de Rezende.¹

RESUMO

O direito à informação verdadeira enquanto essencial para a formação da cidadania participativa. Análise do fenômeno jurídico enquanto controle da transmissão de crenças e valores, bem como da formação de opiniões e atitudes realizadas pelas emissoras de rádio e televisão.

INTRODUÇÃO

Num país como o Brasil, onde os índices de analfabetismo demonstram-se insatisfatórios, deveriam os contemporâneos meios de comunicação de massa, principalmente os mais acessíveis aos excluídos: rádio e televisão, cumprir o seu papel social de complementar a deficiente formação da cidadania brasileira através da garantia à cidadania de uma informação escudada na verdadeira apresentação dos fatos. Percebam-se alguns dados do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *in* Mais velho, mais feminino, mais alfabetizado. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 de dezembro de 2001. CENSO 2000. p. 1: “Nos nove anos que separam os censos de 1991 e 2000, o país conseguiu diminuir a taxa de analfabetismo em 32%, mas ainda existem 16,29 milhões de pessoas acima de 15 anos que não conseguem ler nem escrever. Um terço dos domicílios é comandado por um analfabeto funcional, alguém que não consegue entender um texto. No Nordeste, eles são 54,4%; no Sul 25,6%. Em todo o país, ainda há 8 milhões de famílias comandadas por pessoas totalmente analfabetas.”

Patente o poder da mídia eletrônica, presentemente. Onde falta consciência crítica, refém torna-se a cidadania da ideologia dos concessionários das emissoras de rádio e TV. Observe-se, a respeito do poder da mídia, a lição de VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. 5. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2000. p. 174: "A unilateralidade predominante na interação dos modernos meios de comunicação de massa – cinema, rádio, televisão, jornal – é um efficientíssimo e, por isto mesmo, perigoso instrumento de dominação e manipulação das massas, através da transmissão de crenças e valores, bem como, em consequência, da formação de opiniões e atitudes."

1 - O PAPEL SOCIAL DA MÍDIA ELETRÔNICA

Numa **sociedade** - reunião de grupos de indivíduos ligados, ainda que inconscientemente, por características comuns, **capitalista** - uma vez que tem por principal objetivo a acumulação de capital, **neoliberal** - vítima da crescente redução do Estado na prestação dos serviços públicos e **excludente** - não proporciona aos miseráveis e pobres o acesso a seus direitos fundamentais, a manipulação da informação promovida no interesse comercial é maciça. A esse respeito, esclarecedoras as palavras de DEMO, Pedro. *Introdução à Sociologia: Complexidade, Interdisciplinaridade e Desigualdade Social*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 363: "Por conta do contexto do poder e da ideologia, toda informação também desinforma, pois, ao não poder dizer tudo, diz seletivamente o que no momento parece ser o caso dizer. Não estou referindo-me à informação deliberadamente mentirosa, mas à informação comum, à linguagem cotidiana não problemática, bem como à linguagem científica. Em ciência, vale também a regra metodológica: todo dado revela e encobre a realidade, porque é construto interpretativo. Nessa trajetória, seria fundamental envolver os sistemas de informação em aparatos de controle democrático, para que a desinformação possa ser reduzida ou pelo menos monitorada. A tendência do sistema capitalista de informação é, contudo, do monopólio, em todo o mundo, tamanha é a importância concedida a esse tipo de mercado. Basta olhar que todos os políticos seguem de perto o movimento da mídia e, quando podem, buscam tornar-se donos de meios de comunicação. Muitos políticos entram no mundo do mercado capitalista pela via da posse de meios de comunicação, porque entendem que dominar a mídia é o fator preponderante do acesso e permanência no poder. Informação é, entretanto, meio. Fim é a **formação**."

Com o escopo de evitar a manipulação da informação por grupos que detêm poder político ou econômico, foi editada a norma constitucional inserta no § 5º do art. 220, da Constituição Federal vigente:

“§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.”

Já a Constituição do Estado de Sergipe, na esteira da Federal, procurando evitar que o poder político gere lucros desproporcionais aos Deputados Estaduais e Secretários de Estado, contém dispositivos que podem ser interpretados no sentido de evitar a manipulação da informação pelos grupos que detêm a concessão das emissoras de rádio e televisão:

“Art. 43. O Deputado não poderá:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que de que seja demissível ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

Art. 88. Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. O Secretário de Estado está sujeito aos mesmos impedimentos relativos ao Deputado Estadual.”

A educação, “direito de todos e dever do Estado e da família”, consoante o artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil vigente, ápice do ordenamento jurídico pátrio, que, segundo o mesmo dispositivo legal, possui por objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na realidade, tendo em vista o sucateamento de seu sistema público, e sua mercantilização no sistema privado, não tem proporcionado à cidadania brasileira o desenvolvimento de um espírito crítico capaz de filtrar as perniciosas influências propaladas em massa, principalmente, pela mídia eletrônica, com a utilização do rádio e da televisão, principalmente.

Devem, por conseguinte, os meios de comunicação de massa, especialmente o rádio e a TV, mais acessíveis à massa, enquanto ins-

trumentos de desempenho do serviço público de comunicação social, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, delegados a particulares por concessão, permissão e autorização, nos termos do art. 223, *caput*, CF, possibilitar a democratização da informação, e contribuir para a formação do povo brasileiro, dotando-o de espírito crítico, capaz de formar a cidadania participativa. Nesta ordem de idéias manifesta-se DEMO, Pedro, op. cit., pp. 363-364: “Com respeito à promoção da cidadania organizada ou do associativismo, a mídia poderia desempenhar papel relevante, talvez mesmo decisivo, em duas direções principais:

a) democratizar a informação, tanto nos processos de sua utilização, quanto sobretudo nos processos de sua produção; o exercício da cidadania depende, em grande medida, de estar bem informado sobre os direitos, modos de os efetivar, maneiras de abordar entidades e autoridades, vias de acesso ao associativismo; de maneira geral, a população é profundamente desinformada e, certamente, isso interessa ao sistema: empregadas domésticas que não têm qualquer noção de seus direitos, acidentados do trabalho que não sabem como proceder, aposentados que ignoram os trâmites de seus benefícios e não controlam seu processamento, mulheres que sequer atinam com as possibilidades de mudar de vida, crianças deixadas ao léu, consumidores lesados que não reagem...

b) promover a formação, desde os níveis mais genéricos do acesso ao mundo da cultura até aos mais específicos de impulsionar a consciência crítica do cidadão, modos de se organizar e modos de intervir alternativamente...”

Contudo, com vistas à realização desses objetivos, o próprio texto constitucional, no art. 221, arrola princípios que devem ser obedecidos pelas emissoras de rádio e televisão, no tocante a sua produção e programação, tais como:

“Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Todavia, desde a erotização subliminar promovida pelas apresentadoras de programas infantis, passando pela desenfreada violência, tônica dos desenhos animados, bem como das produções cinematográficas, principalmente norte-americanas, sem falar nas minisséries nacionais tais quais, *verbi gratia*, *Presença de Anita*, afora a apologia do crime em programas tipo *Linha Direta*, onde o *modus operandi* de diversas infrações penais é semanalmente exibido, até chegar a entrevistas e programas que desconhecem a fronteira entre o público e o privado, desrespeitadores da intimidade, da vida privada e da honra, tais como *Casa dos Artistas* e *Big Brother*, a mídia eletrônica é um convite à criminalidade. Antes que se esqueça, há ainda os apelos publicitários ao consumo de drogas e álcool, recheados de gente jovem, saudável e esteticamente agradável.

3 - O DIREITO À INFORMAÇÃO ENQUANTO FUNDAMENTAL

Dentre os direitos fundamentais, encontra-se o direito da cidadania brasileira à informação, inserto no capítulo relativo aos direitos individuais e coletivos, que deve ser interpretado, sistematicamente, temperado pela inviolabilidade à honra e à vida privada, e pela proteção à imagem, sob pena de responsabilização do divulgador por danos morais e materiais que causar, consoante incisos do art. 5º, CF:

“XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;”

A necessidade de garantir a toda a sociedade o acesso à informação é tão importante à cidadania participativa que a norma constitucional que o garante resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício do profissional da comunicação. Neste sentido, o art. 71 da Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa):

“Art. 71. Nenhum jornalista ou radialista, ou em geral, as pessoas referidas no art. 25, poderão ser compelidas ou coagidas a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade.”

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal apresenta-se no sentido de resguardar o sigilo da fonte, enquanto prerrogativa constitucional dos profissionais de imprensa:

“A proteção constitucional que confere ao jornalista o direito de não proceder a disclosure da fonte de informação ou de não revelar a pessoa de seu informante desautoriza qualquer medida tendente a pressionar ou a costringer o profissional da Imprensa a indicar a origem das informações a que teve acesso, eis que – não custa insistir – os jornalistas, em tema de sigilo da fonte, não se expõem ao poder de indagação do Estado ou de seus agentes e não podem sofrer, por isso mesmo, em função do exercício dessa legítima prerrogativa constitucional, a imposição de qualquer sanção penal, civil ou administrativa” (Inquérito nº 870-2/RJ – rel. Min. Celso de Mello, *Diário da Justiça*, Seção I, 15 abr. 1996, p. 11.462).

O direito constitucional fundamental de acesso à informação verdadeira é essencial à formação de uma cidadania participativa, que necessita conhecer, possuir espírito crítico e formar posição diante dos temas de interesse público. Nesta direção aponta MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 162: “O direito a receber informações verdadeiras é um direito de liberdade e caracteriza-se essencialmente por estar dirigido a todos os cidadãos, independentemente de raça, credo ou convicção político-filosófica, com a finalidade de fornecimento de subsídios para a formação de convicções relativas a assuntos públicos.”

CONCLUSÕES

Nesta sociedade capitalista, neoliberal e excludente, onde a política pública de educação encontra-se crescentemente sucateada, no interesse econômico da elite internacional, formada pelos monopólios e oligopólios, da comunicação inclusive, bem como da elite política nacional e regional, interessada na continuidade da concentração das concessões, permissões e autorizações das emissoras de rádio e televisão em suas mãos, não interessa ao sistema a formação de uma cidadania participativa, dotada de espírito crítico, capaz de filtrar a informação verdadeira, enquanto direito fundamental.

Para garantir à cidadania brasileira tal direito, a mídia eletrônica necessita pautar a sua programação nos princípios estabelecidos constitucionalmente, que almejam o acesso às fontes da cultura,

especialmente a nacional e regional; bem como promover o respeito aos valores éticos da família, e a consciência social.

Se consoante SÓCRATES, o caminho para a felicidade é o auto-conhecimento, nesta sociedade de massas, a fruição dos direitos do cidadão enquanto ser social e político passa pelo controle estatal das delegações do serviço público de informação aos particulares, bem como pela fiscalização das programações das emissoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, Pedro. *Introdução à Sociologia: Complexidade, Interdisciplinaridade e Desigualdade Social*. São Paulo: Atlas, 2002.

Folha de São Paulo. *Mais velho, mais feminino, mais alfabetizado*. São Paulo, 20 de dezembro de 2001. CENSO 2000.

MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

